COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

PROJETO DE LEI Nº 4.219, DE 2019

Reduz alíquotas а zero as da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins, incidentes sobre receita bruta relativa às operações de compra e venda de energia elétrica destinada a comunidades indígenas, quilombolas outras comunidades е tradicionais residentes em áreas de floresta nacional, reserva extrativista e reserva de desenvolvimento sustentável.

Autor: Deputado JESUS SÉRGIO.

Relator: Deputado DORINALDO

MALAFAIA.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.219, de 2019, de autoria do nobre Deputado Jesus Sérgio, objetiva reduzir a zero as alíquotas da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, incidentes sobre receita bruta relativa às operações de compra e venda de energia elétrica destinada a comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais residentes em áreas de floresta nacional, reserva extrativista e reserva de desenvolvimento sustentável.

Em sua justificação o autor argumenta que a isenção de tributos federais às famílias que vivem nas áreas ocupadas por florestas é uma forma de compensar a secular proteção exercida por essas comunidades a nossas florestas, mananciais e biodiversidade. Lembra, ainda, que a proteção aos indígenas e remanescentes de quilombos são prioridades constitucionais e





que a renúncia fiscal em questão é insignificante frente aos benefícios sociais que receberão essas comunidades.

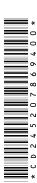
A proposição foi distribuída para apreciação conclusiva pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias, Finanças e Tributação e Constituição (mérito e Art. 54 RICD) e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), e tramita em regime ordinário.

Na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em 16/11/2021, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Bira do Pindaré (PSB-MA), pela aprovação, porém não apreciado. Igualmente, na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, em 25/05/2022, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Frei Anastacio Ribeiro (PT-PB), pela aprovação, porém também não apreciado.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o Relatório.





II - VOTO DO RELATOR

Como visto, O Projeto de Lei nº 4.219, de 2019, visa reduzir a zero as alíquotas de tributos incidentes sobre energia elétrica para povos e comunidades tradicionais, como forma de compensar o papel exercido por esses povos e comunidades na proteção das nossas florestas. É possível afirmar desde já que se trata de um tema de suma importância e que merece o debate e a atenção deste parlamento.

Quanto ao objetivo mais prático do projeto, qual seja, o de tornar o acesso à energia dessas comunidades mais barato, nada há que se objetar, uma vez que se tratam, em sua grande maioria, de comunidades pobres, às quais o Estado brasileiro ainda deve e muito em termos de políticas públicas e acesso a direitos básicos. Nesse sentido, é de se louvar a iniciativa do autor, iniciativa essa que devemos levar adiante, pelos meios e condições disponíveis hoje.

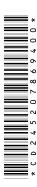
Ademais, como afirma também o autor, tratam-se de comunidades conhecidamente defensoras do meio ambiente e guardiães da floresta, às quais o Estado brasileiro deve atender em suas necessidades, visando garantir-lhes o desenvolvimento sustentável e a vida digna, contra todo o tipo de privação e violação de direitos.

É preciso ponderar, contudo, para além das análises relativas ao Artigo 54 do Regimento Interno desta Casa, que serão levadas à cabo nas Comissões pertinentes, que o instrumento tributário talvez não seja o mais adequado para atingir o objetivo almejado pelo projeto.

Isso porque gera-se um gasto tributário para a União, compromete-se o financiamento da seguridade social e isso sem garantias de que tal solução seria, no final das contas, a mais eficiente para atingir a finalidade expressa pelo autor, em primeiro lugar.

Assim, prestigiando a intenção inicial do projeto e procurando contornar os inconvenientes da isenção tributária, procurou-se oferecer um substitutivo que buscasse dialogar com as preocupações de seu proponente, com as quais comungamos em sua literalidade. A solução encontrada seria mais prática e





efetiva em atender aos povos e comunidades tradicionais e teria ainda, acreditamos, a vantagem de facilitar a aprovação da matéria nesta casa. Seria, portanto, duplamente mais efetiva.

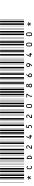
Em resumo, trata-se de ampliar os já conhecidos benefícios às comunidades tradicionais na tarifa social de energia elétrica, dentro de um patamar razoável. Levando-se em conta, o reduzido número, em termos proporcionais, da população dos povos e comunidades tradicionais, tal política não acarretaria um ônus desproporcional à Conta de Desenvolvimento Energético. Ficaria mantido, ao mesmo tempo, o espírito da própria política pública.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.219, de 2019, nos termos do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em 22 de novembro de 2024.

Deputado DORINALDO MALAFAIA (PDT-AP) Relator





5

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.219/2019

Amplia os benefícios para famílias indígenas, quilombolas e pertencentes a outros povos e comunidades tradicionais no acesso à tarifa social de energia elétrica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei amplia os benefícios para famílias indígenas, quilombolas e pertencentes a outros povos e comunidades tradicionais no acesso à tarifa social de energia elétrica.

Art. 2º O § 4º do Art.2º da Lei Nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º As famílias indígenas, quilombolas e pertencentes a outros povos e comunidades tradicionais inscritas no CadÚnico que atendam ao disposto nos incisos I ou II deste artigo terão direito a desconto de 100% (cem por cento) até o limite de consumo de 100 (cem) kWh/mês, a ser custeado pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, criada pelo art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, conforme regulamento" (NR).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 22 de novembro de 2024.

Deputado DORINALDO MALAFAIA
(PDT-AP)
Relator



